

## **A MULTIFACE DA EMPRESA MATE LARANJEIRA**

**Jovam Vilela da Silva.<sup>89</sup>**

### **1- Surgimento da Mate Laranjeira**

Os ervais sul mato-grossenses são nativos e abrangem uma extensa área. A área na qual inicialmente se instalou a Empresa Mate Laranjeira foi entre as cabeceiras dos rios Brilhante e Dourados. Além desses dois rios, estendiam-se os ervais pelos contornos e franjas do rio Sete Voltas, Ivinheima, Paraná até a serra de Maracajú e pela crista desta a da serra de Amambai, indo mais além e entrando pelo território vizinho do Paraguai. Estes mesmos ervais ocupavam ainda os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (mapa: Região dos Ervais). No final do século XIX e primeira metade do século XX, a indústria de beneficiamento foi tão remuneradora que a Empresa Mate Laranjeira surgiu e disputou a hegemonia deste negócio com o Estado do Paraná e com o Rio Grande do Sul.

O empreendimento foi idealizado e colocado em execução por Tomás Laranjeira e pelo colaborador e sócio Dr. Francisco Mendes Gonçalves. Dr. Francisco nasceu na ilha da Madeira em 18.06.1846, na aldeia de Campanário, nome este que mais tarde seria dado à sede do empreendimento dos negócios do Mate. Foi filho de um médico de numerosa prole, que diversas vezes viera ao Brasil, onde tinha parentes, exercendo a sua profissão a bordo. Ao morrer o pai, seu filho mais velho, Ricardo, então comerciante no Rio de Janeiro, mandou buscar, para o Brasil, toda a família.



**Região dos Ervais do Brasil**  
abrangendo áreas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina  
Paraná e Mato Grosso.

Fonte: FILHO, Virgílio Corrêa. Eruais e Eruateiros. Documentário da vida rural. Ministério da Agricultura. RJ. 1957. p.8

89 - Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Departamento de História/ ICHS/ UFMT - Campus Universitário de Rondonópolis - MT.

Na guerra contra o Paraguai, Ricardo obteve a concessão dos fornecimentos ao exército brasileiro e levou como auxiliar o então adolescente Francisco, um dos irmãos mais jovens, pois, quando a família viera para cá, ele contava com apenas seis anos de idade.<sup>90</sup>

Aí conheceu Tomás Laranjeira e, das boas relações de amizade, surgiu a idéia de um empreendimento comercial. Já havia terminado a guerra do Paraguai e a idéia era a exploração de produtos agrícolas e extrativos, num intercâmbio entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Acertados os detalhes, coube a Francisco Mendes administrar os negócios da firma em Buenos Aires, onde fixou residência e contraiu matrimônio. Após Tomás Laranjeira ter conseguido a concessão dos fornecimentos para a comissão de limites Brasil-Paraguai, teve a oportunidade de conhecer os inexplorados e extensos ervais do sul mato-grossense. Procurou e obteve a concessão de explorá-los em 1882. Tomás Laranjeira era compadre de Generoso Ponce, figura política proeminente em Mato Grosso, na época, Senador do Império Brasileiro. Ponce foi a principal influência a conseguir do Governo Imperial a concessão dos ervais para Tomás Laranjeira, pois via no projeto de arrendamento vantagens para a Província mato-grossense. Este projeto podia trazer colonos e povoar racionalmente a área dos ervais, ou seja, dividir os campos em lotes ou módulos de 450 hectares, que deveriam ser levados a hasta pública para arrendamento. Nesse processo de assentamento e de arrendamento, o surgimento de empreendimentos que pudessem carrear recursos, que projetassem uma organização no Oeste, capazes de atrair o interesse do governo central para o Extremo / Ocidente, era o objetivo principal.<sup>91</sup> (Foi, mais tarde, o caso da criação da Colônia de Dourados por Getúlio Vargas em sua Marcha para o Oeste.)

Aos poucos o mate passou a ser o principal ramo de negócios de Laranjeira e Mendes que, transportando o produto através de carros de boi, o embarcava nos portos do rio Paraguai. Por terem que passar por regiões despovoadas, começaram a instalar no caminho postos de muda que originaram futuros povoados, onde havia a troca de condutores e animais nas carretas. A organização que com o tempo ficou conhecida como Mate Laranjeira, iniciava assim o seu empreendimento comercial e sua expansão territorial, além de trazer para ó seu seio figuras proeminentes da política estadual.

Inicialmente a sede do empreendimento da Mate Laranjeira foi no Paraguai, na vila de Concepcion, e depois transferida para a margem esquerda do rio Paraguai, na fazenda Três Barras, batizada posteriormente de Porto Murtinho. Neste local se iniciou o desenvolvimento dos ervais, abandonados convenientemente devido à concorrência de "Isla Margarita", sede de um fortim e aduana, antigo entreposto ervateiro paraguaio, onde os navios argentinos deixavam mercadorias e levavam o mate brasileiro contrabandeado. Mudou o cenário de atuação para o rio Paraná, onde mais tarde Mendes fundou Campanário, centro ervateiro distante 66 quilômetros de Porto Felicidade, no rio Amambá, por onde embarcava a erva para chimarrão que descia o rio Paraná até Guaira e dali para Buenos Aires.

Campanário aos poucos tornou-se um centro comercial e urbano muito importante, provido de todas as facilidades e conforto. Por volta de 1903 contava com uma população fixa de 700 habitantes e de uma mão-de-obra volante composta de 2.500 paraguaios. Dispunha de armazém, água encanada, iluminação elétrica, farmácia, prédios, residências para os funcionários, além de grandes armazéns para a erva beneficiada e ensacada, e bons hotéis. Exportava cada vez mais para a Argentina, que por esta época já iniciara a plantação da erva em Misiones. Na vila de Campanário, tida como "*cidade livre*", não era permitido o uso de bebidas alcoólicas. A segurança ficava a cargo da empresa que patrulhava toda a área ocupada pelos ervais, sendo os delegados, nomea-

90- CABRAL, Octaviano. Histórias de uma região. Editora Himalaya. RJ. Niterói. 1964.

91- LEAL, Joaquim Ponce. Os homens e as armas: conflito campo-cidade no Brasil. Ed. Itatiaia. Belo Horizonte. 1988. p. 220 nota 281.

dos por Cuiabá, instruídos para agir de conformidade com os interesses da Companhia. Os criminosos geralmente eram confinados em Ponta-Porã e, dependendo do crime praticado, se fosse do interesse da empresa, "fugiam" no caminho.

A empresa possuía um serviço de relações públicas invejável, pois procurava atrair para Campanário figuras proeminentes, tanto nacionais como estrangeiras, às suas expensas, propiciando passeios a Guaira, onde construiu todo o complexo de pontes suspensas que permitia atravessar os canais e cujo serviço ficou a cargo de um técnico alemão, bem como a Porto Mendes e a Foz de Iguaçu. Estas eram pessoas que se encantavam com a beleza do lugar e com a organização da empresa, onde se fundamentavam e alicerçavam futuros empreendimentos comerciais ou simplesmente amizades influentes necessárias em momentos decisivos e oportunos.

## **2- Mate Laranjeira - Uma Multinacional (Traste) Latino-Americano**

A Empresa Mate Laranjeira possuía, além do Brasil, ramificações no Paraguai e na Argentina. No decorrer de sua trajetória histórica, usou de uma série de razões sociais diferenciadas para contornar problemas políticos/sociais e econômicos. Ora essas titulações identificavam a Empresa no Brasil, ora na Argentina, ora no Paraguai e algumas vezes nos três países. Ficou conhecida como Laranjeira e Mendes (1892); Companhia Mate Laranjeira (1896); Empresa Hervateira de Isnardi, Alves & Comp.(1907); Laranjeira, Mendes e Cia., em Mato Grosso, e, na Argentina, como acionista, a firma Francisco Mendes e Cia. (1915), os já comendadores Francisco Mendes Gonçalves, Tomás Laranjeira, os Murtinhos e outros sócios. Em 1917 a empresa utilizou-se da denominação de Mate Laranjeira S/A em Mato Grosso, na Argentina e no Paraguai (os acionistas foram os mesmos). De 1929 a 1935 surgiram outras firmas com lastro econômico-financeiro brasileiro e argentino. Em 1938 já era conhecida como Mate Laranjeira & Cia. e, por volta de 1947, utilizava-se da denominação de Empresa Laranjeira Ltda.

O empreendimento inicial e durante algum tempo foi financiado por capital inglês. O interesse da Inglaterra nos ervais paraguaio e brasileiro vinha de longa data. A política britânica, oculta na sombra, esteve presente na luta pelos ervais. Estivera por trás do ditador Solano Lopes e, quando derrotado o caudilho, esteve disfarçada na ação dos Murtinhos, os políticos poderosos. Na verdade, o Mate fizera o Paraguai: poderia ajudar a fazer Mato Grosso.<sup>92</sup> O interesse inglês no Mate vinha de longa data, porque "aquela erva poderia concorrer com o seu comércio de chá do Ceilão".<sup>93</sup> Esse encaminhamento do interesse inglês no empreendimento do mate fica bem evidenciado em uma carta mandada por Manuel J. Murtinho a Generoso Ponce por volta de 1905. Lembrava Murtinho que as empresas que a Empresa Mate Laranjeira desejava criar, se organizariam em uma:

*"Companhia sucessora, organizada por capitais ingleses, pois as terras devolutas cedidas por compra ou arrendamento passariam a ser ocupadas pelo pessoal da sociedade anônima e assim não estariam a mercê dos primeiros ocupantes na corrente migratória rio-grandense, que teriam que respeitar a posse mantida por uma Companhia estrangeira poderosa que no caso de conflito, poderia provocar por via diplomática a intervenção federal".<sup>94</sup>*

Manuel J. Murtinho havia sido reempossado Presidente do Estado de Mato Grosso em 1892. Ao lado de Ponce havia dominado uma revolução que pretendeu dividir ou separar o sul do território mato-grossense. Através do decreto nº 1, de 14 de maio,

92- Idem, p. 192.

93- Idem, p. 193.

94- Idem, p. 296.

Generoso Ponce, após derrotar os sediciosos, declarou "nulos e insubsistentes" todos os atos "dos governos sediciosos subseqüentes à mencionada data de 22 de janeiro" e, em vigor aqueles "expedidos pelo Presidente eleito pelo Congresso Constituinte de 28 de maio do ano passado, Dr. Manuel José Murtinho".<sup>95</sup>

Entre as várias atitudes tomadas após a normalização da vida pública e política, Manoel Murtinho assinou, em 02 de agosto de 1894, contratos de arrendamento dos ervais sul mato-grossenses com a Empresa Mate Laranjeira tendo a mesma como seu Presidente o Dr. Joaquim Murtinho, representado no ato de assinatura por seu irmão, Francisco Murtinho. A área arrendada estimava em 1600 léguas quadradas, do Ivinheima para o sul.<sup>96</sup> Já a 13 de junho de 1894, pela lei nº 76, foi concedido à Mate Laranjeira o direito de explorar e colher erva-mate e outros produtos vegetais. A 15 de agosto de 1895, Antônio Corrêa da Costa sucedeu ao governo de Manuel Murtinho. Logo após assumir o Governo, Antônio Corrêa da Costa baixou instruções para regulamentar a colheita da erva mate procurando evitar o devastamento dos ervais nativos sul mato-grossenses, bem como passou a conceder terras aos migrantes, o que não era do interesse da empresa ervateira.

Tomás Laranjeira, quatro anos antes, solicitara um segundo arrendamento dos ervais e não só conseguiu vencer a concorrência, como obteve apoio financeiro do Banco Rio-Mato Grosso. Este banco havia sido criado pelo Decreto nº 1149, de 06 de dezembro de 1890, com um crédito de capital de 20.000 contos de réis. Joaquim Murtinho era o Presidente desse banco e comprou de Tomás Laranjeira parte dos direitos sobre os ervais sul mato-grossenses, concedidos em 1882. Joaquim Murtinho, aliado a seus irmãos Francisco, Manuel e mais algumas pessoas, formaram a Companhia Mate Laranjeira, com um capital de 15.000 ações de 100\$000 réis.<sup>97</sup> É "desta origem esquisita" <sup>98</sup>que surge a Mate Laranjeira como um truste econômico. O capital inicial de 15.000 ações foi adquirido pelo Banco Rio (14.540), Joaquim Murtinho (100), Tomás Laranjeira (110), Casimiro Meneses (10), Francisco Murtinho (50), Francisco Marques Pinheiro (10), Diretor do Banco; João Nunes de Carvalho (10), contador do Banco; Lucídio Martins (50), Diretor da Companhia; Manuel Martins Torres (20) e Manuel Moreira da Fonseca (100), ambos, Diretores do Banco.

O envolvimento de capital inglês no empreendimento de beneficiamento do mate evidencia a necessidade do aparecimento do Banco-Rio Mato Grosso em 1890.

O comércio no Brasil durante toda a fase colonial e imperial foi controlado pelos portugueses. A Coroa Portuguesa evitou por todos os meios que a atividade comercial, no Brasil, fosse exercida e controlada por brasileiros. As atividades tidas como de comércio, no início do século XIX, significavam outras variedades econômico-financeiras e de transformação, como, por exemplo, a "indústria", "finanças" e "serviços". Tudo se entendia por comércio. Entrar nos negócios do Comércio exigia uma determinada saúde financeira para exercê-los, ainda mais que tudo se vendia a crédito, estabelecendo uma dependência muito estreita entre fornecedor e comprador. Para se chegar ao título de *Comerciante de Grosso*, ou seja, importador e exportador, as exigências eram bem maiores. A Junta do Comércio era a responsável em qualificar a firma que deveria satisfazer exigências tais como: "reputação ilibada" e comprovação de "uma renda financeira capaz de garantir seus clientes contra os riscos dos negócios".<sup>99</sup> Estava aí a fórmula perfeita para resolver os problemas econômico-financeiros da Empresa Mate Laranjeira, um Banco, que iria garantir junto aos sócios argentinos, ingleses e para-

95- FILHO, Virgílio Corrêa. História de Mato Grosso. Instituto Nacional do Livro. MEC. RJ. 1969, p. 590.

96- Idem, p. 591.

97- Filho, Virgílio Corrêa. A Sombra dos Hervaes Mattogrossenses. São Paulo Editora Ltda. SP. 1925, p. 26/28, in, BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930). Gráfica Genus. Cuiabá. 1991, p. 68.

98- LEAL, Joaquim Ponce. Ob. cit., p. 196.

99- CALDEIRA, Jorge Mauá: empresário do Império. Companhia das Letras. SP. 1995, p. 69 e 70.

guaios os negócios do mate e de outros empreendimentos que fossem necessários ao bom desempenho da firma.

Neste período da história mato-grossense é conhecida a luta entre os grupos oligárquicos liderados por Generoso Ponce e pelos irmãos Murtinhos. Nesta luta pelo poder, Borges defende a idéia de que o grupo oligárquico ligado aos Murtinhos representava os interesses do capital internacional e conseguiu sair vencedor em detrimento do grupo ligado a Generoso Ponce que representava o interesse do capital comercial.<sup>100</sup> Considerando esse encaminhamento, fica evidenciada a presença do Banco Rio-Mato Grosso no processo de consolidação da Empresa Ervateira Mate Laranjeira, cujo controle acionário ficou a cargo da família Murtinho.

Estavam dados os passos necessários para a consolidação do truste ou multinacional latino-americana da indústria do mate no Brasil e no exterior: a Empresa Mate Laranjeira.

### **3- Erva-Mate . Função de Integração e Dispersão no Sul de Mato Grosso**

Após a revolução de 1893, que desmantelou o mercado produtor ervateiro catariño-paranaense, os negócios da Empresa Mate Laranjeira, rapidamente, prosperaram. Essa prosperidade ficou ainda mais fácil com a associação e vinculação da riqueza dos Murtinhos, dos capitais advindos do Banco da Província de Mato Grosso, bem como de figuras destacadas na sociedade e na política brasileira que investiram nos negócios do mate. Desta junção de interesses, foi organizada a Companhia Mate Laranjeira que passou a produzir e exportar o produto que Francisco Mendes e Cia. beneficiavam no Mercado Platino.

Sendo externo o mercado consumidor da erva, constituído principalmente pela República Argentina, ocorreu, desde logo, a necessidade de seu escoamento pela via fluvial do Paraguai, através de Porto Murtinho, surgido da antiga fazenda do Major Boaventura da Mata e das articulações da rota terrestre de escoamento dos produtos advindos de Margarida, Cabeceira do Apa, de outras e antigas fazendas que serviram de apoio às carretas para mudarem seus animais de tração.

Na medida que a exploração sistemática dos campos ervateiros avançou, a rota terrestre de escoamento se estendeu até Concepcion, passando por Horqueta e Ponta-Porã. Gerou, na baixada próxima a Porto Murtinho, uma via férrea de cerca de 30 quilômetros para o escoamento da erva-mate. E quando os ervais ao sul do arco dos rios Dourados/Ivinheima passaram a ser explorados, buscou-se o escoamento pelo rio Paraná. Por volta de 1947, utilizavam-se os afluentes do Rio Paraná, principalmente os da margem direita, para o escoamento do produto até Guaíra. Daí até o lado de baixo do salto de Sete Quedas, o transporte era feito pela via férrea até Porto Mendes. Neste porto a carga era reembarcada para Buenos Aires, via Posadas.

Os roteiros, antigos ou novos, no escoamento da erva-mate, trouxeram alterações no aparecimento de núcleos populacionais e dos assentamentos humanos na região. Fomentaram o aparecimento de novos centros, bem como proporcionaram o desenvolvimento de outros, como Ponta-Porã, Campanário, Dourados, Maracaju, Entre-Rios, além de aldeias do tipo de portos lenheiros, entre as quais merece referência especial Porto Felicidade, sobre o Amambai. Propiciaram a abertura de estradas e caminhos pelos campos de erva-mate utilizando-se dos afluentes da margem direita do Rio Paraná, no sentido de sua calha, como por exemplo a transversal Ponta-Porã / Campanário / Porto Felicidade, cujo transporte de Jupia até Guaíra foi facilitado.<sup>101</sup>

100- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Ob. cit., p. 70.

101- SODRE, Nelson Werneck. Estudo de uma região. In, Revista O Observador Econômico e Financeiro, nº 70, janeiro de 1946, p.71, 125 e 129.

Todos esses empreendimentos, realizados pela Empresa Mate Laranjeira, trouxeram uma massa de trabalhadores nômades, na sua maioria, de origem paraguaia, que eram empregados apenas no período das colheitas. Atrapalharam e, por vezes, impediram a atração de outros grupos migrantes nacionais ou estrangeiros, que dificilmente se fixaram na região. Fomentaram e mantiveram durante um longo período o regime da grande propriedade, da concentração excessiva de poderes em mãos particulares, contrastando com a fraqueza do poder público local e, em função da distância, da fiscalização do poder estadual. Atraíram, contudo, um volume de capitais financeiros para a região sulista do Estado que acabaram por proporcionar aos núcleos urbanizados, dispersos pelo território, alguns elementos de progresso.

Por outro lado, estimularam e existem indícios de que estiveram por detrás de desordens e levantes em vários pontos do sul do Estado e em Cuiabá. As motivações da disputa, de ordem política, entre os grupos oligárquicos contribuíram muito para acentuar esse problema e serviram como elementos de pressão da Empresa junto às autoridades políticas de Cuiabá.

Dentro do quadro político oligárquico, Generoso Ponce versus Murtinho, as uniões e desuniões foram de toda ordem e dentro das conveniências do momento. Na dissidência política entre Manoel Murtinho e Ponce, nas eleições de 1899, Ponce saiu vitorioso. Vitória que foi sufocada pela "Legião Campos Sales", que não admitia alterações em sua "Política dos Governadores", ainda mais tendo como Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, irmão do derrotado. A "Legião Campos Sales", comandada pelo Coronel Antônio Paes de Barros, a 10 de abril de 1899, sitiou o centro urbano cuiabano com todo o aparato político-administrativo em funcionamento, inclusive a Assembléia Legislativa, que se viu obrigada a acatar o ultimatum dos legionários de anular as últimas eleições. Virgílio Corrêa Filho mostra que os Murtinhos, para garantirem a anulação das últimas eleições e ao mesmo tempo tornar seguro os votos suficientes na Assembléia Legislativa do seu candidato na nova eleição, mandaram a Cuiabá o Dr. Lucídio Martins. Este senhor era um dos diretores da Mate Laranjeira e a quem se atribuiu o financiamento desse projeto de suborno.<sup>102</sup>

A situação política estadual em 1899 tornou-se difícil, as garantias individuais deixaram de existir enquanto os grupos oligárquicos digladiavam entre si. Atrocidades foram cometidas em Cuiabá, em Diamantino e no Município do Rio Abaixo onde as tentativas de rebelião foram brutalmente sufocadas com o assassinato de vários implicados.

No sul surge mais um movimento armado comandado pelo coronel e comandante do 7º regimento de cavalaria ligeira em Nioaque, bem como importante chefe político nesse distrito militar e em Miranda, João Ferreira Mascarenhas, alcunhado "Jango". Auxiliado por João Barros Cassai, João Caetano Teixeira Muzzi e Bento Xavier da Silva tentam uma revolução de cunho separatista, em 1900. A idéia era fundar o Estado de Maracaju. As forças comandadas por "Jango" e Barros Cassai conseguem chegar até Coxim, mas são rechaçadas pelas tropas legais ao governo do Estado. Em 1901 o movimento acabou com a morte de "Jango" nas margens do rio Taquaruçu. O Capitão Muzzi era apoiado pela família Murtinho, através da Mate Laranjeira. No início, Muzzi teve o objetivo de defender os interesses desta Companhia Ervateira protegendo as posses territoriais da mesma. A Companhia, por outro lado, o apoiou na conquista da Intendência Municipal de Nioaque. Num outro momento, os confrontos com João Mascarenhas debilitam o grupo comandado pelo Capitão Muzzi e fazem ressurgir a idéia separatista. Ponce e Murtinho haviam apoiado Mascarenhas no combate ao Capitão Muzzi, que viu destruída, saqueada e incendiada a fazenda Santa Rosa, de sua propriedade. O que sobrou da tropa comandada por Muzzi se exilou no Paraguai.

102- FILHO, Virgílio Corrêa. Ervais e Ervateiros. Publicação do Ministério da Agricultura. RJ. 1957. p. 61.

Neste meio tempo, Ponce e Antônio Corrêa da Costa haviam se isolado em Assunção, no Paraguai. Fundam ali um jornal político intitulado "A Reação", a fim de fazerem oposição ao governo instituído em Mato Grosso. Esse jornal trazia em seu cabeçalho da primeira edição de 30 de junho de 1902 os seguintes dizeres: "Publica-se no Paraguai por falta de garantias no Estado".<sup>103</sup>

Através desse jornal, Generoso Ponce fez sua campanha política no Estado, pelo Paraguai, prometendo criar condições de povoamento no sul do Estado, principalmente nos campos próprios à agricultura e à pecuária, que ficavam em terras pretendidas pela Empresa Mate Laranjeira. Prometera o parcelamento da propriedade territorial das terras devolutas do Estado, em lotes de 450 hectares, para arrendá-las em hasta pública. Desta forma, a área de arrendamento, pretendida pela empresa na discussão da renovação dos contratos dos ervais, sofria uma sensível redução, além do que colocava em sua proximidade uma leva de migrantes que não lhe eram interessantes.

A Empresa, em 1902, utilizou-se dos serviços do caudilho Bento Xavier da Silva para destruir a Guarda Fiscal de Fronteira. A Guarda Fiscal de Fronteira fora criada, em 06 de maio de 1902, pelo então Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho. Sua criação ocorreu devido às denúncias de contrabando que pesavam sobre a firma Laranjeira, Mendes & Cia., com sede na cidade de Buenos Aires.

Apesar de cumprir suas obrigações contratuais no Brasil, essa empresa mandava seus navios a Porto Murtinho para transportar o mate e estes aproveitavam para ir até o Porto de Pamadero, no rio Jejuí, em território paraguaio, onde as carretas provenientes do Amambai lhes entregavam a erva cancheada e recebiam vinho, arroz, sal, bebidas e vários artigos de exportação. Nada disso era do conhecimento das autoridades mato-grossenses. Ao ser levantada a suspeita de contrabando, a empresa aceitou que se criasse a Guarda Fiscal de Fronteira. Porém manobrou para que a mesma fosse envolvida em suspeita de suborno, e, a 02 de setembro, foi destroçada pelos gaúchos comandados por Felipe Brum, Bento Xavier, sob a chefia de Cezar de Souza.<sup>104</sup> Bento Xavier havia participado da "Coligação" - que havia combatido Mascarenhas ao lado da Mate Laranjeira. Bento Xavier se tornara um próspero fazendeiro-comerciante, líder político nos ervais e foi nessa condição que passou a integrar as forças revolucionárias, no sul, na Coligação Ponce / Murtinho, em 1906.

Em 1908, o caudilho Bento Xavier da Silva comandou um novo movimento separatista que pretendia dividir Mato Grosso sem radicalismo, para o qual foi dado o nome de "Revolução da Paz". Foi derrotado pelo Coronel José Alves Ribeiro.

Os fatos apontam como base de apoio a esses movimentos a Empresa Mate Laranjeira, que brigava com as autoridades estaduais para a renovação do arrendamento dos ervais e cuja pretensão encontrou resistência da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso em 1907 e 1912. Este tipo de pressão foi utilizado pela Empresa Mate Laranjeira até 1950, quando ocorreram uma série de manifestos em 1914, 1917 e 1925 que procuraram difundir idéias autonomistas e de divisão territorial. Tendo em vista os fatos apresentados, a idéia que fica é a de que a Mate Laranjeira se aliou ao Governo do Estado para consolidar e legitimar a submissão dos chefes militares envolvidos em confrontos armados que não eram de seu interesse. Utilizou-se desses mesmos chefes militares em outros momentos para impor seus interesses e desencadear uma insegurança permanente, contudo, na medida que esses chefes militares se rebelaram contra suas idéias e interesses, dispensou-os e usou, no momento oportuno, de pressão sobre o governo estadual. A idéia separatista foi um veículo usado pela Mate Laranjeira como forma de resistência ao governo do Estado, para pressioná-lo e tentar

103- MENDONÇA, Rubens de. História do Jornalismo em Mato Grosso. Imprensa Oficial do Estado. 1963, in, MENDONÇA, Rubens de. História de Mato Grosso. 1970, p. 93

104- FILHO, Virgílio Corrêa. Ervais e Ervateiros. Ob. cit., p. 61.

desta forma avaliar suas requisitórias de posse e do monopólio de exploração da erva-mate nativa. Este é um ponto.

De outro, esses movimentos armados permitiram que a Empresa ficasse esquecida até que as revoltas fossem sufocadas. Enquanto isso, sua permanência no terreno estava garantida, o governo estadual agradecido pelos serviços prestados e em débito com a Empresa. Uma boa forma de manter o poder cuiabano ocupado e preocupado.

A Mate Laranjeira manteve ainda "uma máquina bem montada que comerciava, desta ou daquela forma, com uma legião imensa de sulinos, fazendeiros, comerciantes, ervateiros, vendedores de custo, pequenos industriais e agricultores" <sup>105</sup>, o que lhe proporcionava um eleitorado obediente e disciplinado, que cumpria cegamente as suas ordens, "não traindo nunca". Eleitoralmente a Mate Laranjeira transformou-se em uma máquina que recebia toda a atenção dos políticos centro-nortistas e sulistas. Sem seu aval as campanhas políticas e as deliberações governamentais não encontravam o respaldo político necessário ao empreendimento. "Ela escolhia e elegia governador, vice, deputado estadual, deputado federal e senador. Removia e demitia funcionários, nomeava autoridades, determinava acertos".<sup>106</sup>

No que se refere a essas idéias divisionistas, em 1932, foi instituído em Campo Grande uma nova capital e no sul um novo estado federativo. As ligações dos sul mato-grossenses com a revolução constitucionalista foram tão fortes que Virgílio Corrêa Filho chegou a afirmar que a Revolução havia sido desfechada "por assim dizer" de Campo Grande. As ligações do sul de Mato Grosso com as idéias tenentistas já eram antigas. Em agosto de 1924, alguns tenentes do sul mato-grossense haviam aderido à revolta de Isidoro Dias Lopes. Uma coluna de revoltosos paulistas comandados por Juarez Távora haviam chegado até Porto Independência e lançado ao povo um manifesto propondo a criação do Estado de Brasilândia, no sul mato-grossense. No combate a esses militares, o Estado contou com todos os recursos materiais (armamentos, munições, barcos, caminhões, etc.) da Mate Laranjeira.

Após o início do conflito de 1932, seus protagonistas utilizaram-se das fronteiras mato-grossenses para uma série de contatos fundamentais para o futuro revolucionário constitucionalista. Entre os objetivos desses contatos estava a compra de material bélico e aviões. Os recursos a serem utilizados seriam os provenientes da venda de 36.000 sacas de café depositadas no Paraguai, com o apoio do "Instituto do Café do Brasil, em Concepcion, e das facilidades da Companhia Mate Laranjeira".<sup>107</sup> Os pontos de contato para essa comercialização e outras providências passaram a ser as cidades de Guaíra e Ponta-Porã. O gerente da empresa ervateira, em Campanário, recebeu cartas de recomendação para que providenciasse o transporte rápido aos enviados paulistas que fariam contato com Buenos Aires. Para tanto, o diplomata Francisco Mendes Gonçalves que detinha ligações com os rebeldes paulistas e sul mato-grossenses, não só facilitou os negócios na Argentina, como, através de seu irmão Ricardo Mendes Gonçalves "cidadão paraguaio, alto funcionário da Companhia do Mate e de muita influência no Paraguai",<sup>108</sup> resolveu outros problemas em Pedro Juan Caballero. Colaborou nesta intermediação Jorge Berstein Filho, gerente da Mate Laranjeira em Campanário.<sup>109</sup> Esse movimento divisionista de 1932, com sede em Campo Grande, durou apenas 82 dias e foi sufocado junto com a Revolução Constitucionalista.

105 - SEREJO, Hélio. Carai. In: Ciclo da Erva Mate em Mato Grosso do Sul - 1883-1947. Campo Grande/MS: FIEMS/IEL. 1986, p. 37, in, Weingartner, Alisolete Antônia dos Santos. A formação histórica de Mato Grosso do Sul e o Movimento Divisionista (1889-1930). Porto Alegre, PUC. RS, 1992. (Dissertação de Mestrado - mimeografada).

106 - Idem.

107- HÍLTON, Stanley. 1932 - A Guerra Civil Brasileira, (história da revolução constitucionalista de 1932). Editora Nova Fronteira. RJ. 1982, p. 254.

108- Idem, p. 267.

109- Idem, p. 266.

Essas foram algumas das estratégias da Empresa Mate Laranjeira para continuar mantendo seu império político e econômico-financeiro como um autêntico "trust" empresarial.

#### **4- A Problemática da Renovação dos Contratos de Arrendamento**

Em 1911 assumiu o governo estadual Joaquim Augusto da Costa Marques (15/08/1911). A Empresa Mate Laranjeira achou oportuno reapresentar a proposta de arrendamento dos ervais que não havia sido resolvido como a mesma pretendia. O contrato de arrendamento, de 02 de agosto de 1894, modificado em 1902, limitava a área arrendada, e a Empresa pretendia ampliar o latifúndio e expulsar os pequenos proprietários ainda existentes. Com o apoio dos Murtinhos, a Empresa pôde crescer, se expandir, a ponto de sobrepular qualquer outro empreendimento em Mato Grosso e, sem nenhum exagero, no Brasil e na América Latina. Fortalecida após a vitória da "Coligação", dispunha de recursos que lhe permitiam intervir na "política estadual às claras ou veladamente". Assim encaminhou à Assembléia Legislativa uma petição, em 1912, procurando reativar o requerimento anteriormente paralisado, que constava da proposta de prorrogação do prazo de arrendamento à Empresa até 1930 e de cláusula que lhe permitisse adquirir, por compra, uma área superior a um milhão de hectares, com a finalidade de impedir a entrada de imigrantes.

Nesse momento (1912), Ponce e Joaquim Murtinho já haviam falecido. Em cena figuravam agora o Coronel Pedro Celestino que substituíra Generoso Ponce no Governo, e o Senador Azeredo.

O coronel Pedro Celestino resolveu examinar detalhadamente a proposta, de acordo com os interesses do Estado. Não fosse este procedimento, a proposta tinha sido aprovada na Assembléia Legislativa. Na análise realizada, Pedro Celestino lembrou que o término do contrato firmado em 1894 ocorreria em 1916, ou seja, dali a 4 (quatro) anos. Não havia por que correr com a aprovação da proposta. Nesse meio tempo, o Governo do Estado deveria fazer uma análise mais detalhada da proposta da Empresa Mate Laranjeira. Mesmo porque, não havia justificativa para o pedido de ampliação dos ervais controlados pela mesma, na medida que:

- a)- não estavam sendo explorados em sua totalidade os ervais controlados pelo arrendamento de 1894; ou seja, as cabeceiras do rio Brilhante e Dourados;
- b)- os impostos conseguidos pelos negócios com o mate ficavam a desejar, apesar de todas as facilidades e privilégios obtidos pela Mate Laranjeira;
- c)- qualquer alteração na proposta de arrendamento devia ser justificada e comprovada com o aumento da renda obtida nos negócios ervateiros e sua conseqüente arrecadação fiscal.

Neste sentido, o Coronel Pedro Celestino lembrou que, de 1910 a 1911, a queda do imposto de importação da borracha havia colocado em alerta os três grandes "Estados da bacia do Amazonas" que desse negócio "auferiam mais da metade das respectivas receitas gerais, ameaçando-os de gravíssima crise econômica e financeira". Contudo, antes desse período, os negócios com a borracha vinham recolhendo, no caso de Mato Grosso, mais impostos que os feitos pela Mate Laranjeira. Ressaltou, portanto, que seriam os "hervaes a reserva, a fonte que" substituiria "o desfalque da receita pela desvalorização da borracha".<sup>110</sup> Comparou ainda a área arrendada e a produção de Mato Grosso com a existente no Estado do Paraná. Ali, a zona "hervateira mais ou me-

110- Estado de Mato Grosso. A Questão do Mate. ( Artigos do Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 38 de junho de 1912). Cuyabá, Est. Avelino de Siqueira. 1912, p. 27 a 35.

nos igual a de Mato Grosso, percebe dessa indústria, uma renda maior que a nossa".<sup>111</sup> E os ervais podiam dar bons lucros com o advento da ferrovia Noroeste. Esta ferrovia chegando até o alto Paraná havia possibilitado o aproveitamento e a navegabilidade de seus afluentes como o Ivinheima, o Amambai e o Iguatemi. Além do que a estrada de ferro havia cortado a região dos ervais de oeste para leste proporcionando um cômodo e fácil transporte. Ressaltou que alguns outros rumos do novo contrato de arrendamento precisavam ser arrumados e discutidos. Um deles era a evasão dos impostos na medida que "toda a herva do Estado" era "consumida quase exclusivamente na República Argentina" e cujo principal mercado era o Chile e outras Repúblicas Platinas. Este rumo político-econômico precisava ser corrigido.

Mostrou-se há pouco que sobre os negócios da Empresa se levantavam suspeitas de contrabando e de evasão fiscal. E este procedimento foi contínuo na política interna e externa da Mate Laranjeira, com os negócios do mate. Em 1922 a Companhia do Mate obtinha no Brasil a erva cancheada e a remetia para a Argentina, como já fazia desde 1902. Na Argentina, a erva era transformada em artigos elaborados de várias classes ou marcas, tais como: TL e ou Murtinho e ou Cruz e Malta. A marca Cruz e Malta foi a mais conhecida, procurada e consumida que qualquer outra. Embora produzida em quase a sua totalidade com a erva sul mato-grossense, o produto era conhecido como argentino, em total prejuízo das marcas produzidas no Brasil. Ficam, desta forma, mais claras e evidentes as formas utilizadas pela Empresa Mate Laranjeira para burlar o fisco do Estado. E este, sem um aparato de fiscalização eficiente, não foi capaz de coibir o contrabando e a evasão fiscal.

Pedro Celestino criticou, ainda, as pretensões da Empresa em propor o aumento e a compra de glebas de terra abaixo do preço de mercado e da avaliação estipulada pelo Estado de requerer outros interesses que iam contra o interesse público. A presença da ferrovia Noroeste, próxima aos ervais, havia proporcionado uma alta geral dos preços das terras daquela região, na proporção de 1 (um) para 10 (dez) contos de réis. Entre as terras com os ervais haviam campos de criar e matas avaliadas em 1500 léguas quadradas. E essas terras tinham que ser aproveitadas para aumentar o povoamento no sul do Estado, na avaliação feita por Pedro Celestino.<sup>112</sup>

Quando da apresentação dessa mesma proposta, em 1907, a Comissão de Indústria, da Assembléia Legislativa, emitiu o Parecer nº 33 que indeferiu, na época, a renovação de arrendamento. Na argumentação utilizada pela Comissão com base no que continha a proposta encaminhada pela Mate Laranjeira, ficou evidente a surpresa com a situação "estacionária" dos empreendimentos da Empresa, apesar "dos consideráveis favores do seu privilégio e as condições vantajosas sob que opera", criticaram os deputados. Afinal a Mate Laranjeira não tinha como explicar como a indústria do mate estava paralisada, considerando que seu patrimônio se avolumava. Ainda mais que naquele período (1907) a "indústria extrativa da seringa, ao norte do Estado" se desenvolvia e aumentava de ano para ano. A Comissão de Indústria comparava as facilidades da exploração dos ervais e as dificuldades da extração da seringa tendo em vista a situação e condição geográfica em que cada uma se situava e operava no extrativismo vegetal. A área dos ervais nas mãos da Mate Laranjeira não estava ainda totalmente explorada e a solicitação de aumento de área não foi vista com simpatia pelo Estado de Mato Grosso, que via crescer o patrimônio do empreendimento, mas não via subir a arrecadação dos impostos na mesma proporção.

111- Idem, p. 33.

112- Idem.

#### 4.1- Na Questão do Mate Estavam Embutidos Outros Monopólios

A proposta da Empresa, em 1907, requeria:

1- Direito da aquisição, a título de compra, de dois milhões de hectares de terras pastorais, ao preço de 400 réis cada hectare. Essas terras estavam avaliadas e colocadas a venda pelo Estado ao preço de 800 réis por hectares, ou seja, pelo dobro do preço.

2- Compra de um milhão de hectares de ervais, ao preço de 1000 réis o hectare. O preço de mercado, em vigor, era de 3600 réis por hectare para as terras destinadas à indústria extrativa de vegetais. (As terras próprias para a agricultura é que tinham o preço de 1000 réis por hectare).

3- "Que o Estado não lance nem permita que os municípios lancem impostos, sob qualquer título, além dos 800 réis por 15 quilos de herva matte (sic) exportada". Este item recebeu a crítica da Comissão que não aceitava que a Empresa sugerisse ou insinuasse formas ou tipos de arrecadação fiscal. Esta era uma matéria cuja competência cabia à Assembléia Legislativa.

4- Que o imposto sobre o charque e "outros produtos bovinos que ela venha a exportar não exceda, dentro dos próximos 5 anos de sua exportação efetiva, a 50% da contribuição que sobre os mesmos produtos for cobrado pelo Estado do Rio Grande do Sul e, depois de decorrido esse prazo, só possa ser aumentada gradativamente até o limite máximo da taxa que vigorar naquele Estado".

5- "Idênticos favores para a exportação de tanino e madeiras, brutas e trabalhadas, devendo para estes produtos regular-se pela média das taxas a que estiverem sujeitos tais produtos nas Repúblicas Platinas e do Paraguay" (sic).

6- Desejava ainda a Empresa, no parágrafo 6º do Artigo Iº da sua proposta, que o Estado colocasse "a serviço de seu particular interesse uma força militarmente organizada", que não foi atendida, como as demais, e recebendo a crítica da Comissão e a observação de que não se podia jamais permitir que se formasse "um Estado dentro do Estado".<sup>113</sup> Sobre esta questão, os revolucionários comandados por João da Silva Barbosa, em 22 de janeiro de 1891, apresentaram uma proposta separatista confessada na ata assinada por 40 pessoas em Corumbá.<sup>114</sup> Esse movimento se destinou a constituir, com a área a ser desmembrada, um novo Estado, ou mesmo um país, cujo regime seria o republicano. No caso de se constituir um novo país, receberia a denominação de "República Transatlântica", se, porém, optassem pela formação de um novo Estado, embora dependente da Comunhão Nacional, receberia na "pia batismal" o pomposo nome de "Estado Livre de Mato Grosso".<sup>115</sup>

Para Joaquim Ponce Leal, a revolução de 1892 não foi um ato isolado. Barros Cassai, o mesmo do movimento de 1900, que tentou instituir o "Estado de Maracaju", vinha de uma tentativa semelhante no Rio Grande do Sul. As ligações de Barros Cassai com uruguaios e argentinos haviam-no levado a declarar, em 26.07.1892, e a admitir ao jornal "Retalhos de La Razon" a incorporação do Rio Grande do Sul ao Uruguai. Em 1892 a idéia, em Mato Grosso, foi a de ceder "como penhor aos britânicos o território mato-grossense".<sup>116</sup> E a 20 de abril de 1892 o The Times, de Londres, sob o título de "The New República of Mato Grosso", afirmou entre outros comentários que :

*"... os argentinos bem conhecem as vantagens que podem ganhar com um tamanho sucesso no Brasil e quem sabe se não pensam em fazer com Mato Grosso o*

113- Idem, Parecer nº 33 de 1907, p. 45 a 50.

114- LEAL, Joaquim Ponce. Ob. cit., p. 93 e 94.

115- SEREJO, Hélio. O homem mau da Nioaque. (crônica histórica) Requião Indústrias Gráficas Ltda. Curitiba. Paraná, s.d, p. 57.

116- LEAL, Joaquim Ponce. Ob. cit., p. 93 e 94.

*que os Estados Unidos fizeram com o Texas - primeiramente separando-o do México, e em seguida anexando-o".<sup>117</sup>*

A 15 de abril um telegrama dizia :

*"Acredita-se que a proclamação da Independência de Mato Grosso foi favorecida e preparada pelos argentinos que são beneficiados pela separação de Mato Grosso. (...) É sabido que o Governo da República Argentina tem ultimamente estado a comprar armas na Alemanha a fim de preparar-se para um possível conflito com o Brasil, o que pode ser ocasionado pelo problema do Mato Grosso".<sup>118</sup>*

Considerando que a Empresa Mate Laranjeira, também, tem origens na Argentina e que as discussões dos limites territoriais no rio Apa passaram pelas discussões de posse das supostas terras de Eliza Alice Tynch e pelas titulações requeridas pelo Barão de Antonina, a problemática geopolítica, nas terras dos ervais, era, sem dúvida, um assunto de soberania do Estado brasileiro, no qual saiu-se muito bem o Estado de Mato Grosso, em 1897 e 1924, na defesa de suas terras devolutas. Contudo a questão do mate enquanto uma lucrativa atividade econômica continuava em pauta. E as pretensões da Mate Laranjeira não iam de encontro aos interesses públicos, portanto não podiam ser aprovadas as suas requisitórias.

No documento de 1907 e 1912, no que dizia respeito à indústria do charque, e pela forma como a Empresa requisitou o seu monopólio, o Governo mato-grossense não podia de fato concordar. Os saladeiros ou charqueadas iam muito bem, se multiplicavam em função do mercado platino, da importância de Corumbá enquanto centro comercial urbano capaz de realizar e exportar a produção bovina industrializada nas demais regiões do Estado e dos demais subprodutos como os chifres e solas. Os comerciantes platinos (principalmente argentinos), consorciados com os comerciantes de Corumbá, monopolizaram os negócios do gado bovino impondo preços aos criadores e fornecedores. Esse monopólio quebrou-se com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e dos boiadeiros paulistas.

Representou, com o tempo, o rompimento do ciclo das charqueadas, mas ao mesmo tempo fortaleceu os criadores pecuaristas do sul de Mato Grosso. Os capitais estrangeiros, principalmente platinos, que haviam ajudado a instalar as charqueadas em Mato Grosso, deram lugar ao predomínio dos frigoríficos que se instalaram em São Paulo e que compravam diretamente dos invernistas sul mato-grossenses, escoando, em pé, o gado pela ferrovia. Três Lagoas passou a ser o principal centro escoador de bovinos após a inauguração da estrada de ferro Noroeste do Brasil. Vendia-se nesta localidade de 15 a 20 mil cabeças de bovinos por ano.<sup>119</sup> Desta forma, Corumbá deixou de ser o principal centro urbano/comercial e exportador do sul de Mato Grosso, bem como a influência argentina e paraguaia nos negócios foi aos poucos desaparecendo. Esses dados, de certa forma, reforçam a tese sobre o interesse da Argentina no Estado de Mato Grosso, principalmente em sua porção sulista. E este interesse não se resumiu à questão do mate. Em 1920, o censo rural bovino estava estimado em 2.690.454 cabeças. Com uma população bovina acima de 100.000 cabeças destacavam-se os Municípios de: Campo Grande ( 372.919), Coxim (195.746), Aquidauana (187.510), Três Lagoas (164.153), Miranda (177.198), Poconé (159.959), Nioac (158.474), Santana do Paranaíba (123.779), Santo Antônio do Rio Abaixo (130.492), São Luiz de Cáceres (123.789) e Registro Araguaia (113.284).<sup>120</sup> A instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil no sul da Mato Grosso proporcionou um maior e melhor desenvolvimento

117- Idem, p. 63 nota 65.

118- Idem.

119- CORRÊA, Lucia Salsa. Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870 - 1920). USP. SP. 1980. (dissertação de Mestrado - mimeografada). Maiores detalhes consultar essa obra.

120- Recenseamento do Brasil realizado em 1º de Setembro de 1920. Volume III (Iª parte), in, BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Do Extrativismo à Pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930). Cuiabá, Gráfica Genus. 1991, p. 87 e 88.

sócio-econômico ao trazer novas levas de migrantes, aperfeiçoou os núcleos urbanizados e proporcionou uma melhor arrecadação fiscal com as melhorias introduzidas no desenvolvimento da pecuária.

E em defesa da preservação desse rebanho a Comissão de Indústria, em 1907, lembrava que o desenvolvimento de uma atividade econômica devia ser bem planejada, a fim de que trouxesse benefícios para o Estado. Dava como um mau exemplo a Companhia "Produits Cibilibis".

Essa indústria havia surgido em 1880 e se destinou a produzir caldos concentrados e extrato de carne. Adquiriu uma propriedade de quase um milhão de hectares e "ao invés de contribuir para o desenvolvimento do nosso (Mato Grosso) progresso, tem ao contrário concorrido para o aniquilamento de uma de nossas principais fontes de riqueza por ter extinguido, em alguns anos de serviço, centenas de milhares de bovinos, de todos os sexos e idades"<sup>121</sup>, argumentaram os deputados da Comissão de Indústria. Essa empresa pertenceu a um argentino e foi repassada a um uruguaio. A presença de elementos da bacia do prata em território sul mato-grossense, no final do século XIX, foi bem intenso e em todas as atividades econômicas e por vezes políticas.

Contudo, mais lesivo se tornava para o Estado a "proibição de povoamento da região da serra acima do sul do Estado", proposta pela Mate Laranjeira. Páginas atrás mostrou-se que Generoso Ponce desejava incentivar a imigração de colonos para Mato Grosso. Para tanto havia encaminhado à Assembléia Legislativa uma proposta de "lei reguladora da aquisição de terras devolutas, cuja venda seria disciplinada e limitada".<sup>122</sup> Joaquim Murtinho desejava a continuação do grande monopólio e deixava isso claro a Ponce. Numa correspondência a Generoso Ponce declarou:

*"Aludo a imigração riograndense que, dia a dia, vai se avolumando e estendendo pelo sul do Estado, onde os adventícios tratam logo de ocupar terrenos devolutos pela facilidade de mais alguns anos, essa colônia dominará pelo seu número e extensão, toda aquela região, constituindo por assim dizer, um Estado no Estado".*<sup>123</sup>

A tese de isolamento do Estado de Mato Grosso, nessas palavras de Joaquim Murtinho, dá de forma concreta a dimensão do controle migratório feito por algumas autoridades mato-grossenses. Por outro lado demonstra que o modo de fazer esse controle era utilizar-se das várias empresas que desejavam fundar a Companhia Laranjeira, se organizando em uma:

*"... Companhia sucessora, organizada por capitais ingleses, pois as terras devolutas cedidas por compra ou arrendamento passariam a ser ocupadas pelo pessoal da sociedade anônima e assim não estariam a mercê dos primeiros ocupantes na corrente migratória, que teriam que respeitar a posse mantida por uma Companhia estrangeira poderosa que no caso de conflito poderia provocar por via diplomática a intervenção federal".*<sup>124</sup>

Forma de controle migratório muito sutil, por sinal. Ficam mais claras ainda as constantes mudanças de razão social efetuadas pela Mate Laranjeira e suas ramificações na Argentina e no Paraguai. Em todos esses países a Mate Laranjeira era uma Empresa estrangeira, um truste, uma multinacional.

A regulamentação de posse do ano de 1854 e demais dispositivos legais reconheciam o direito de posse em três situações: morada habitual, cultivo permanente e medição.<sup>125</sup> O decreto 149 de 1896 criou condições e as possibilidades do estabelecimento de núcleos populacionais. Era a vontade de Generoso Ponce em desenvolver as mi-

121- Estado de Mato Grosso. Ob. cit., p. 45 a 50.

122- LEAL, Joaquim Ponce. Ob. cit., p. 264.

123- Idem, p. 296.

124- Idem.

125- SEREJO, Hélio. Ob. cit., p. 54 e 55.

grações para o Estado. O decreto 384 de 1903 concedeu terras a empresários com a obrigação desses assentarem colonos, e, pela lei nº 361, criou-se uma "Delegacia de Terras para atender as questões de terra no sul do Estado".<sup>126</sup> Assim mesmo a migração e os assentamentos não aconteceram como desejavam alguns setores políticos do Estado.

E ainda dentro do projeto de arrendamento, desejava a peticionária uma área de 1600 léguas quadradas ao preço de menos de 400 contos anuais, área esta avaliada em 8 mil contos, o que não era do interesse público. Com nenhum desses propósitos concordou a Comissão de Indústria de 1907.

#### **4.2- A Proposta de Ampliação do Monopólio e dos Privilégios Contratuais**

Esta mesma proposta (1907) reaparecia em 1912 com algumas alterações. A peticionária intitulada Empresa Hervateira de Isnardi, Alves & Comp., renovava as propostas anteriores e propunha o privilégio de explorar produtos industriais, florestais, agrícolas e minerais. Ou seja, por um período de 24 anos dentro da área pretendida para arrendamento, podia "extrair madeira, montar fábricas de tecidos e de outras espécies, estabelecimentos agrícolas, extrair metais e pedras preciosas e exportar tudo sem pagar direito de exportação", expunha o Coronel Pedro Celestino em 1912.

Não foi à-toa que, no dia 28 de junho de 1912, o jornal "O Mato Grosso" estampou palavras de Pedro Celestino sobre o arrendamento dos ervais que dizia:

*"... não nos move contra a Empresa Mate Laranjeira, nenhum sentimento hostil, pelo contrário, entendemos que o Estado deve ampara-la no prosseguimento e expansão de sua indústria".<sup>127</sup>*

Mas, uma semana depois, noticiaria que a "referida proposta é, a nosso juízo, ainda mais lesiva aos interesses do Estado do que a que está prestes a findar-se".<sup>128</sup> A situação política tornou-se tão delicada que a maior parte do Legislativo achou por bem não comparecer às sessões impedindo o funcionamento daquela casa, obrigando a Empresa a retirar a petição apresentada.<sup>129</sup>

O assunto em torno da questão do mate que terminou por criar sérias dissidências políticas dentro do Estado, foi resolvido pela Lei 725 de 24 de setembro de 1915, que abriu o arrendamento à "Empresa Laranjeira, Mendes & Cia., ou quem nas mesmas condições e idoneidade, melhores vantagens oferecer".<sup>130</sup>

Esta lei tentou extinguir o monopólio do mate, pois pretendeu dar "a cada um dos ocupantes... terras de pastagens e de lavoura situadas dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor" e "garantida dentro do prazo de dois (anos), a partir de 27 de junho de 1916, a preferência para aquisição de uma área superior a 2 lotes de 3600 hectares cada um".<sup>131</sup> A área arrendada não devia exceder a 1.440.000 hectares.

Pelo contrato de 19 de maio de 1916 a área arrendada escolhida pela Empresa era de 1.805.905 hectares. Contudo, com a obstrução do projeto pretendido em 1912, os pequenos posseiros foram de certa forma beneficiados, considerando que se propunha a expulsão de todos das áreas dos ervais. E, uma vez mais, em 1915, o impasse criado pela questão do Mate motivou um movimento insurgente conhecido como a "Caetana-

126- BANDEIRA, Maria de Lourdes e outros. Mato Grosso: a terra no discurso das leis. Cadernos do Neru nº 2. Gráfica Universitária. UFMT. Cuiabá. MT. 1993, p. 53.

127- Estado de Mato Grosso. Ob. cit., p. 33.

128- FILHO, Virgílio Corrêa. História de Mato Grosso. Ob. cit., p. 604.

129- SILVA, Jovam Vilela da. A Divisão do Estado de Mato Grosso (uma visão histórica - 1872 - 1977). PUC. Porto Alegre. RS. 1982, p. 33 (Dissertação de Mestrado - mimeografada).

130- FILHO, Virgílio Corrêa. Ob. cit., p. 605.

131- Idem.

da", que nada mais foi do que a luta do General Caetano de Albuquerque, presidente legal, apoiado pela oposição na questão do mate, e a dos seus antigos correligionários.<sup>132</sup>

Todo esse antagonismo político estava vinculado aos problemas econômicos, causados pela questão do mate e da luta da oposição para o arrendamento dos ervais. A Empresa, ao perceber a obstrução feita pelos deputados situacionistas, considerou-se prejudicada e com ela, todos os aliados políticos.

A situação política ficou seriamente abalada entre o Partido Republicano Conservador e o Partido Republicano Mato-grossense, e, numa tentativa de solucionar o impasse entre ambos para cessar as hostilidades, o Presidente da República Wenceslau Bras Pereira Gomes intervém no Estado, de acordo com o artigo 6º da Constituição Federal, de 24 de fevereiro de 1891, nomeando, a 10.01.1917, como interventor, o Dr. Camilo Soares Moura e terminando a "Caetanada".<sup>133</sup>

Ao assumir a administração, a 09 de fevereiro de 1917, o Dr. Camilo Soares de Moura conseguiu apaziguar os ânimos entre os respectivos partidos políticos que acabaram aceitando como candidato de conciliação o Bispo Dom Francisco de Aquino Corrêa que governou de 1918 a 1922.<sup>134</sup>

A importância política da Mate Laranjeira continuou sendo muito grande. E esse aspecto esteve ligado a sua importância econômica, produto de seu faturamento com os negócios do mate no exterior e dentro do Estado de Mato Grosso. Tanto fez que, em 1926, renovou os seus contratos dos ervais sul mato-grossenses, conforme seus interesses. E apesar de todos os "entraves colocados para que a Mate Laranjeira não se constituísse em um Estado dentro do Estado, deve-se relatar que o dinheiro transitado nos domínios da Empresa teve cunhagem própria, os trabalhadores recebiam através de valores e a polícia foi formada por pessoas que pertenceram a própria empresa".<sup>135</sup> Neste período, a arrecadação do Estado chegou a ser seis vezes menor do que da empresa Laranjeira & Mendes. Em torno de 1924 a receita de Mato Grosso atingiu 5.000 contos de réis, enquanto a da Mate foi a 30.000. E o governo de Mato Grosso, mesmo tendo os recursos advindos dos arrendamentos dos ervais e dos impostos de comercialização do beneficiamento do produto, exigiu para a renovação dos contratos de 1926 um empréstimo de três mil contos de réis a juros de 8% ao ano. Além do empréstimo, requereu-se a construção de um quartel para agrupar um regimento de cavalaria em Ponta Porã e que se destinassem vinte contos de réis para a construção de um outro quartel em Campo Grande. As exigências foram aceitas pela Mate Laranjeira.

Os negócios da empresa cresceram tanto que, por volta de 1934, os bens da empresa Laranjeira, Mendes & Cia. foram discriminados em 900 carretas, 180 chatas, 37 lanchas a vapor, 2 linhas de Decanville com um percurso de 80 quilômetros, 30 depósitos mestres e 70 depósitos auxiliares, 250 quilômetros de estradas vicinais de rodagem, 60 pontes construídas e distribuídas pelo caminho, 20 rebocadores e 08 vapores. Além desses recursos, possuía ainda veículos à gasolina, ferraria, marcenaria e carpintaria. Para auxiliar na tração das carretas e outros serviços, possuía 1700 burros e 2500 cavalos. Criava também um rebanho bovino avaliado em 55 mil cabeças. Para todo esse empreendimento, empregava 28000 pessoas. Desse total, 18000 eram empregados fixos e os 10000 restantes, volantes, mão-de-obra paraguaia em sua quase totalidade.

132- SILVA, Jovam Vilela da. Ob. cit., p. 33.

133- FILHO, Virgílio Corrêa. Ob. cit., p. 605.

134- SILVA, Jovam Vilela da. Ob. cit., p. 34.

135- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Ob. cit., p. 70.

## 5- A Intervenção Federal e Seus Desdobramentos Políticos

Em 1941, ocorreu a intervenção federal do Presidente Vargas que negou à empresa a continuação dos ervais sulistas mato-grossenses. A motivação ocorreu em virtude da campanha jornalística desencadeada pelo diário carioca "O Radical", que afirmou ser a ferrovia de Guaira pertencente à empresa, servindo como uma ponta de lança estrangeira em território brasileiro, onde os empregados eram paraguaios e a moeda dominante o peso argentino, além do que a empresa cobrava pedágios a quem quisesse utilizar-se das estradas vicinais que lhe serviam e de outras exclusividades, privilégios esses que, de fato, se constituíam uma vergonha para o nosso país.<sup>136</sup> Uma vez mais a empresa se via com problemas de interferência das autoridades governamentais. Desta feita com o governo federal ditatorial de Getúlio Vargas. Pelo que foi visto até aqui, esse jornal da capital federal, concretamente, não exagerou nem um pouco em suas observações sobre esse truste empresarial que foi a Mate Laranjeira.

O decreto-lei estabeleceu a obrigatoriedade do regime da livre exploração do mate, de promover, desta feita, à União a colonização racional das terras antes arrendadas à Mate Laranjeira; da preparação do advento da livre iniciativa com o prazo de um ano da vigência do contrato de concessão para facilitar a adaptação ao novo sistema; de conferir-se a uma entidade administrativa o fomento da indústria ervateira (foi criado o Instituto Nacional do Mate, lei nº 395 de 13/4/1938), a fim de se preparar a passagem do regime de monopólios para o da livre exploração: de abrirem-se ao tráfego público as vias de comunicação terrestres e fluviais servidas pela Mate Laranjeira; de instalarem-se serviços públicos federais, estaduais e municipais nos portos e povoados que serviam a dita empresa; finalmente, de submeter a exame os títulos de propriedade na faixa de dez léguas da fronteira.<sup>137</sup> Quando da instalação do Estado Novo em 1937, este se caracterizou pela completa centralização política e administrativa nas mãos do Presidente Getúlio Vargas. Essa centralização na economia acabou por criar uma série de Institutos cujo objetivo foi controlar a produção nacional e os grupos de famílias que dominavam determinados setores de produção primária e de transformação. Os Institutos criados foram: Instituto do Pinho, Instituto do Sal, Instituto do Cacaú e o Instituto do Açúcar e do Alcool.

No passado, a Empresa havia reagido com amigos como os Murtinhos, o Senador Azeredo e tantos outros, agora não deixava por menos, seu aliado dentro do governo Vargas, desta feita, era o líder estadonovista Filinto Müller. No que toca aos representantes mato-grossenses no Palácio Alencastro, permanecia a idéia de fomentar o desenvolvimento do Estado através da diversificação da agricultura; o mesmo queria o governo de Getúlio Vargas.

Octaviano Cabral descreveu a ajuda dada à Mate Laranjeira, após o decreto-lei de Vargas, da seguinte maneira:

*"Não foi por acaso que o líder estadonovista Filinto Müller foi esfriado e terminou, embora por outros motivos, rompendo com a ditadura na qual foi eminência parda. Pela mesma razão, a pretexto administrativo, o também líder João Ponce de Arruda afastava-se de Vargas e, porque não dizer? - o General Dutra que, arvorado em democrata, evoluiu até o golpe de 1945!*

*"A pretensão da poderosa empresa ervateira fronteiriça não morreu com Getúlio e sim foi transferida a seu sucessor o Presidente João Goulart. Por coincidência ou não a empresa continuou reagindo, não apenas com um Mendes (Gonçalves) de Mato Grosso, mas reforçado com um Mendes (João) da Bahia e outros Mendes (de Moraes) da Guanabara".<sup>138</sup>*

136- CABRAL, Octaviano. Ob. cit., p. 313.

137- Idem, p. 316.

138- Idem, p. 317.

O pior revés para a Mate Laranjeira foi a criação do território federal de Ponta Porã, pelo decreto-lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, e publicado no Diário Oficial da União, a 27 de setembro deste mesmo ano, que também criou os territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé e Iguazu.

A criação desses territórios foi justificada como necessária para incentivar o desenvolvimento e o povoamento dessas regiões extremas do país. Em 1942, por razões estratégicas de defesa foi criado o território de Fernando de Noronha. Era a tentativa de Vargas em organizar o Estado brasileiro e projetá-lo como Nação. Afinal as questões de posse da ilha da Trindade (1896), Amapá (1900), Acre (1903), Pirara (1904), eram muito recentes e haviam discutido não só fronteiras, mas sobretudo a soberania brasileira sobre determinadas áreas geográficas. Dentro desta perspectiva de governo, a partir de 1937, iniciou-se uma série de ligações terrestres no litoral e para o interior, ou seja, um plano rodoviário nacional de expansão e melhoramento de rodovias e ferrovias. Embora não tenha sido executado em sua totalidade, este plano iniciou a abertura de 4000 quilômetros no Nordeste para servir às zonas da seca. Iniciou-se a Rio-Bahia, a via Anchieta, um trecho novo que ligava São Paulo ao litoral e um trecho da via Anhanguera que ligou São Paulo a Campinas e que seguiu em direção a Goiás. A rodovia Rio-São Paulo foi ampliada rumo a Curitiba e em direção ao sul até Porto Alegre. A idéia era ligar regiões, principalmente as desenvolvidas do litoral e aproximá-las daquelas isoladas no interior, em suma, diversificar, ampliar o setor produtivo e ao mesmo tempo aumentar o consumo. Esses planos políticos procuraram ocupar os "vazios demográficos", "improdutivos" e "isolados". A consequência naquele momento foi o desenvolvimento da idéia, entre outras, da "Marcha para o Oeste". Neste sentido, um truste como a Mate Laranjeira, encravada no sul de Mato Grosso, numa região de fronteira e com ligações políticas na Argentina e Paraguai, acabava sendo um estorvo à política de assentamento colocada em execução pelo governo de Vargas. Afinal a Revolução Constitucionalista de 1932 havia mostrado a Getúlio do que era capaz a Mate Laranjeira e do perigo que a mesma representava nesta região.

O território de Ponta Porã, no sul de Mato Grosso, compreendeu os Municípios de Porto Esperança, Porto Murtinho, Bonito, Bela Vista, Maracaju, Dourados e a própria cidade de Ponta Porã. Possuía os seguintes limites:

1- a oeste e noroeste, pelo rio Paraguai desde a Foz do rio Apa, até a foz do rio Miranda;

2- a noroeste, leste e sueste, pelo rio Miranda, desde a foz do rio Paraguai, até o foz do rio Nioaque subindo por este até a sua nascente e daí, em linha reta e seca, atravessava o divisor de águas entre o Nioaque e o Carandá, até a nascente do córrego Laranjeira, descendo por este até a foz do rio Taquaruçu, prosseguindo até a foz do ribeirão Corumbá, subindo por este até a foz do rio Cangalha e continuando até a sua nascente no rio Brilhante, que por sua vez descia por este até a sua foz no rio Ivinheima e continuava por este abaixo até a sua foz no rio Paraná, descendo por este até a fronteira com o Paraguai, na serra de Maracaju;

3- ao sul e sudoeste, a República do Paraguai, acompanhando o limite internacional, até o foz do rio Apa.

Desta forma, a administração agora não ficava mais tão longe, como em Cuiabá. As ações da Mate Laranjeira deviam agora ser mais cautelosas, pois, a 21 de setembro de 1943, era divulgado o decreto-lei nº 5839, determinando que a administração territorial seguisse a mesma legislação em vigor no Estado do qual fora desmembrado. Ou seja, a legislação sobre a questão do mate continuava sendo aquela aprovada pela Assembleia Legislativa mato-grossense. E ao Estado interessava o fomento à agricultura e, conseqüentemente, a distribuição sistemática do monopólio latifundiário dos ervais controlados pela Mate Laranjeira.

A 5 de janeiro de 1944 foi nomeado governador do território o Coronel Ramiro Noronha, que chegou no dia 31 daquele mês. Exonerado a pedido, a 17 de novembro de 1945, o Coronel Ramiro foi substituído pelo Major José Guiomar dos Santos que, por sua vez, foi substituído pelo médico José Alves de Albuquerque.

Esta situação se prolongou até 1946 quando subiu à Presidência da República o cuiabano Eurico Gaspar Dutra. Aproveitando-se do fato de havê-lo apoiado às eleições de 1945, a Mate Laranjeira articulou e manobrou politicamente com o Paraná e conseguiu através do artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição de 1946 que se extinguisse o território de Ponta Porã, bem como o do Iguazu, de interesse do Paraná, e que vinha atrapalhando os planos imperialistas da Empresa.<sup>139</sup> Esses territórios voltaram a integrar seus Estados de origem, ou seja, Mato Grosso e Paraná, respectivamente.

Mas a "Mate Laranjeira" não foi apenas uma empresa que dispunha de "vastos recursos econômicos", como diria Francisco Escobar Duarte, em janeiro de 1947, ao analisar o problema das indústrias ervateiras do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ou seja:

*"avançamos... ao falarmos do Mate em Mato Grosso, porquanto lá não houve crise ou, se houve, não atingiu a gravidade assumida no Paraná e em Santa Catarina, pois a Mate Laranjeira, dada a natureza de sua organização, sempre teve elementos para colocar bastante mate no mercado platino, único a que se destina. (...) Não. É um verdadeiro "trust", cujos tentáculos se estendem por todo o sul de Mato Grosso. Um setor econômico, quando se encontra na depressão de uma crise, principalmente quando esta é de caráter grave e profundo, sempre se torna campo de uma série de fenômenos mórbidos, referentes ao mecanismo comercial. A miséria quando atinge o produtor, prostra-o e torna-o vítima de especuladores e aproveitadores. No setor ervateiros encontramos um exemplo de fenômeno mórbido: a MATE LARANJEIRA.(\*)  
Prospera com as crises, resiste às depressões, amplia suas áreas de domínio, á crista dos que tombam na luta".<sup>140</sup>*

De fato, a Mate Laranjeira foi um verdadeiro truste (multinacional), cujos "tentáculos se estenderam por todo o sul de Mato Grosso" e muito além. Essa empresa se formou, se firmou através da acumulação direta do seu comércio e indústria, dentro e fora do território brasileiro, bem como do caráter particular de seus sócios latino-americanos e de investidores ingleses. Sua característica monopolista, oligopolista, latifundiária de mercado e econômico-financeira fugiu à regra das demais indústrias brasileiras e latino-americanas de seu tempo. Manobrou a tal ponto que possuiu influência suficiente dentro e fora do Brasil para poder controlar a indústria e o comércio do Mate, em prejuízo, por exemplo, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e de projetá-los com destaque na região das missões em território argentino.

O que foi comum para o desenvolvimento da indústria brasileira daquele período não se enquadrou, nem caracterizou a Mate Laranjeira. A Mate Laranjeira, qualificada como um "fenômeno mórbido" por Francisco Escobar Duarte, de fato o foi, na medida que pôde suportar as crises e aproveitar-se delas para se enriquecer com as especulações do mercado, mesmo porque o manipulou dentro e fora dos limites territoriais brasileiros.

139- Idem, p. 316.

140- DUARTE, Francisco Escobar, in, O Observador Econômico e Financeiro n° 70. Janeiro de 1947, p. 127.

(\*)- grifo nosso.

## 6- Bibliografia

- BANDEIRA, Maria de Lourdes e outros. Mato Grosso: a terra no discurso das leis. **Cartões do Neru n° 2**. Gráfica Universitária. Cuiabá, MT, 1993.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)**. Gráfica Genus, Cuiabá. 1991.
- CABRAL, Octaviano. **Histórias de uma região**. Editora Himalaya. RJ. Niterói. 1964.
- CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. Companhia das Letras. SP. 1995.
- CORREA, Luci Salsa. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870 a 1920)**. USP. SP. 1980 (Dissertação de Mestrado - mimeografada).
- DUARTE, Francisco Escobar, in, Revista **O Observador Econômico e Financeiro n° 70, janeiro de 1947**.
- ESTADO DE MATO GROSSO. **A Questão do Mate**. Cuyabá, Estab. Avelino de Siqueira. 1912.
- FILHO, Virgílio Corrêa. **História de Mato Grosso**. Inst. Nacional do Livro. MEC. RJ. 1969.
- . **A sombra dos ervais matogrossenses**. São Paulo Editora Ltda. SP. 1925.
- . **Ervais e Ervateiros**. Publicação do Ministério da Agricultura. RJ. 1957.
- HILTON, Staneley. 1932 - **A Guerra Civil Brasileira (história da revolução constitucionalista de 1932)** Ed. Nova Fronteira. RJ. 1982.
- LEAL, Joaquim Ponce. **Os homens e as armas: conflito cidade-campo no Brasil**. Editora Itatiaia, Belo Horizonte. 1988.
- MENDONÇA, Rubens de. **História de Mato Grosso**. 1970
- SEREJO, Hélio **O homem mau de Nioaque**. (crônica histórica). Requião Indústria Gráfica Ltda. Curitiba. Paraná, s.d.
- SILVA, Jovam Vilela da. **A Divisão do Estado de Mato Grosso (uma visão histórica - 1892 - 1977)**. PUC, RS, Porto Alegre. 1982. (Dissertação de Mestrado - mimeografada).
- SODRE, Nelson Werneck. Estudos de uma região. In, Revista **O Observador Econômico e Financeiro n° 60, janeiro de 1946**.
- WEIMGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. **A Formação Histórica de Mato Grosso do Sul e o Movimento Divisionista (1889-1930)**. PUC, Porto Alegre, RS. 1992 (Dissertação de Mestrado - mimeografada).